

Dom Aloísio Lorscheider e os Direitos Humanos

FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA*

destacado dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht sentenciara: “Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Porém, há os que lutam toda a vida – esses são imprescindíveis”. Nessa última categoria situa-se Dom Aloísio Lorscheider, nascido Leo Arlindo em 8 de outubro de 1924 – no interregno entre as duas guerras mundiais, num pedaço da Germânia reproduzido no Rio Grande do Sul, mais precisamente na zona rural de Estrela e onde o português era idioma estrangeiro para os colonos de ascendência e fala alemãs – o segundo dos nove filhos de José Aloysio e Verônica Lorscheider, agricultores como seus antepassados. Profundamente católicos, os pais do infante permitiram que aos nove anos ele ingressasse no seminário franciscano de Taquari, para cursar o ginásio e o colegial. O medo do inferno, lugar para onde, segundo sua crença, não iriam as almas dos sacerdotes, fortaleceu a vocação religiosa do seminarista, que fez o noviciado em 1942 e iniciou o curso de Filosofia. Em 1944 foi transferido para o convento Santo Antônio, em Divinópolis (MG), onde concluiu Filosofia e cursou Teologia. Em homenagem ao pai e ao irmão mais velho, adotou o nome religioso de Frei Aloísio ao ordenar-se sacerdote em 22 de agosto de 1948, na mesma Divinópolis, e retornou a Taquari, em cujo seminário lecionou latim, alemão e matemática. Vislumbrando seu grande potencial, a ordem franciscana enviou o jovem frade a Roma no final de 1948, para especializar-se em Teologia Dogmática. Em junho de 1952 defendeu a tese doutoral, obtendo o grau máximo, *summa cum laude*. De volta ao Brasil, lecionou Teologia e outras disciplinas canônicas em seminários seráficos durante seis anos, até ser

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará

chamado de volta a Roma, para ensinar Teologia Dogmática no mesmo Pontifício Ateneu Antoniano onde se doutorara.

Em 3 de fevereiro de 1962, o Papa João XXIII nomeou-o bispo da recém-criada Diocese de Santo Ângelo (RS). Sagrado em 20 de maio, adotou o sugestivo lema “*In Cruce Salus et Vita*” (Na Cruz, a Salvação e a Vida) e em 12 de junho, sem haver completado 38 anos, tornou-se o primeiro bispo da Diocese que comandou durante 11 anos, até se transferir para Fortaleza. Narra o Padre Evaristo Marcos que Dom Aloísio dizia que quando foi ao encontro com João XXIII, antes de retornar ao Brasil, perguntou-lhe o Papa: “Mas, o senhor é o bispo? Quantos anos?” Ele respondeu “37 anos, Santidade” e o Papa, brincou: “Eu não sabia disso. Do contrário não o teria nomeado”. Como Padre conciliar, participou de todas as sessões do Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965.

A partir de 1968 integrou a cúpula da CNBB, como Secretário-Geral e como Presidente em dois mandatos consecutivos (1971-1975 e 1975-1978). Paralelamente, em 1972 foi eleito primeiro Vice-Presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM. Reeleito em 1975, assumiu em 1976 a Presidência desse Conselho, que reúne os bispos católicos da América Latina e do Caribe, substituindo Dom Eduardo Perónio, bispo de Mar del Plata, criado Cardeal e transferido para o Vaticano.

Exponente da Teologia da Libertação e defensor dos fracos e oprimidos, Dom Lorscheider tornou-se, como representante máximo do episcopado latino-americano, paladino dos direitos humanos e uma das principais vozes de oposição às ditaduras militares que grassavam pelo continente. Defendeu na histórica Conferência Episcopal de Puebla a presença sempre maior dos bispos entre o povo, de modo a despertar nos leigos uma consciência mais aguda no que se refere à sua identidade e missão eclesial, numa “sociedade cada vez mais orientada e dirigida tecnicamente, com aspectos de progresso e verdade, mas em meio a profundos desequilíbrios, crescentes desigualdades e ameaças de *maior domínio* do homem pelo homem”. O que não poderia ser ignorado à proporção que a sociedade e a cultura emergentes, “que têm enormes possibilidades de *libertação e aperfeiçoamento* do homem, são caracterizadas por uma falta de formação mais profunda na fé; por situações lamentáveis de desrespeito à dignidade do homem e por um espírito secularista-consumista tendente à negação do transcendente e à ruptura da comunhão filial com Deus e da

comunhão fraterna entre os homens”. Afirmava ser urgente a defesa da dignidade humana e a proclamação dos direitos fundamentais do homem na América Latina, à luz da doutrina cristã. Dizia que o caminho era levar as pessoas e os grupos sociais à tomada de consciência de sua dignidade e “*ao compromisso da renovação de sua vida e da sociedade segundo os valores do Evangelho, por meio da vivência da Justiça, da solidariedade humana, da participação na comunhão eclesial e da pobreza evangélica, sem ódio nem rejeição de qualquer setor social, mesmo privilegiando os pobres, sem julgar e condenar nem apelar para a violência.*” (LORSCHIEDER, 2009, p.51-53).

Em 26 de março de 1973, a comunidade católica de Fortaleza recebeu jubilosamente a notícia de que o Papa Paulo VI nomeara Dom Aloísio para suceder Dom José de Medeiros Delgado à frente da Arquidiocese. Ele chegou a nossa Capital no dia 4 de agosto daquele mesmo ano, sendo acolhido pelas mais altas autoridades do Estado e por uma legião de religiosos e populares que lotaram o Aeroporto Pinto Martins para recepcionar o novo Arcebispo Metropolitano. Dom Lorscheider ficou surpreso com tamanha apoteose, pois imaginava que apenas o Vigário Capitular, Dom Miguel Fenelon Câmara, estaria presente ao seu desembarque. Ainda não conhecia a hospitalidade carinhosa do povo cearense, mas aos poucos foi compreendendo e se adaptando a essa nova realidade cultural. Vejamos, em suas próprias palavras, como encarou essa mudança abrupta do Sul para o Nordeste:

Quando eu cheguei, tinham me avisado o seguinte: “O senhor vai para o Ceará, onde vai encontrar uma situação muito difícil”. [...] Mas nunca encontrei essa situação tão difícil. Não sei de onde saiu esta idéia. Engraçado é que fui enviado para cá para permanecer apenas cinco anos. Acabei ficando vinte e dois! [...] Minha transferência foi uma mudança da noite para o dia. Sul e Nordeste são completamente diferentes. Aos poucos fui aprendendo. O que me ajudou muito foram as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base], que no Sul não existiam desse jeito. Ao entrar em contato com o povo, eu não falava muito, muitas vezes ficava escutando. Até hoje, na Igreja, esse deve ser o caminho. Perdemos este hábito, mas acho isso fundamental, porque nos faz conhecer a religiosidade popular. (2008, p.34-35).

Ao defrontar-se com esse novo contexto, o Bispo aos poucos transformou seu modo de pensar e de agir, como ele mesmo assinala:

No Sul parecia-me ter exercido muito mais o papel de quem ensina o que sabe, sem grandes preocupações com os problemas concretos do povo. Eu levava a fé ao povo como se leva uma receita já pronta, sem refletir mais detidamente sobre o seu significado. [...] Eu era mais professor e dirigente de culto do que realmente evangelizador dentro da realidade vivida do povo. No Nordeste (Ceará – Fortaleza), em contato com outro tipo de Comunidade Eclesial de Base, nascida da necessidade de buscar solução cristã para problemas concretos da vida, o meu ministério episcopal, na sua triplice função de ensinar, santificar e governar, foi adquirindo outra feição. (*Apud* LIMA, 1995, p.103-104).

Em pleno regime de exceção, a sociedade cearense logo sentiu os efeitos dessa guinada. As camadas desfavorecidas ou marginalizadas, os sem-terra, os sem-teto, os presos políticos, os presidiários comuns, os trabalhadores em greve – ganharam aliado de peso. A partir da experiência pioneira de Aratuba, liderada pelos Padres José Maria Cavalcante e Moacir Cordeiro Leite, expandiu o número e o raio de atuação das Comunidades Eclesiais de Base. O prestígio do cargo e a estatura moral do Arcebispo, aliados a sua propensão para o diálogo, permitiram-lhe atuar com êxito em situações de conflito. Favelados da Av. José Bastos, lavradores de Palmácia, índios Tapebas de Caucaia, agricultores sem-terra de Canindé e Santa Quitéria, os hansenianos de Antônio Diogo, os presidiários – todos foram objetos de ações pessoais e diretas de Dom Lorscheider.

Dom Aloísio costumava destacar o aprendizado adquirido com as visitas que fazia às Comunidades Eclesiais de Base, ouvindo o povo falar de suas carências e seus anseios, o que lhe facilitava conhecer o rebanho e exercer seu pastoreio, com um olhar voltado para as ovelhas mais desgarradas, a clamar por uma Igreja comprometida cotidianamente com as bem-aventuranças evangélicas. Daí dizer que, para ele, foi muito bom ter vindo para o Nordeste.

Nesse sentido é o testemunho de Dom Edmilson da Cruz, ao asseverar:

O Nordeste, o Ceará foram para ele uma grande escola. Foi aqui que ele viveu de verdade a Teologia da Libertação: no contato com as favelas; escutando as pessoas; hospedando em sua casa camponeses analfabetos e desdentados, almoçando com eles à sua mesa, vivenciando integralmente a evangélica opção preferencial, não excludente, pelos pobres; assumindo atitudes coerentes nos pátios de fábricas, entre trabalhadores em greve; no meio das favelas e das ocupações, diante da Polícia em casos de despejos”. (2009, p. 33).

É importante também ressaltar o apoio dado por Dom Aloísio aos trabalhadores rurais na luta em prol da reforma agrária e do fim dos conflitos de terra no Ceará, o que irritou profundamente os latifundiários, que o rotulavam de Bispo comunista. Essa irritação agravou-se mais ainda quando o Arcebispo criou o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, ocasião em que os mais carentes passaram a dispor de advogados para defendê-los nas ações fundiárias promovidas pelos donos da terra. Na época, essa iniciativa foi considerada um verdadeiro escândalo, pois não se poderia admitir que a Igreja assumisse uma tarefa que escapava de suas atribuições religiosas. Anteriormente, essas querelas corriam à revelia, porquanto os pobres não possuíam causídicos para representá-los judicialmente, o que redundava sempre em decisão favorável aos grandes proprietários rurais. Após a criação do CDPDH, como assinalara o saudoso Jornalista Francisco Lima, “a questão fundiária praticamente concentrava-se na Cúria Metropolitana”. (1995, p.77). Não se pode ver nessa ação um comprometimento com a doutrina marxista, que é também condenada pela Igreja por seu caráter materialista; o que Dom Lorscheider procurava pôr em prática era a doutrina cristã, as proclamações do Concílio Vaticano II, que reconhecem ser a pessoa humana princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais, razão pela qual seus direitos e deveres são universais e invioláveis, o que torna imperioso assegurar-lhe todas aquelas coisas que são imprescindíveis para que o homem possa levar uma vida verdadeiramente humana. (VIER, 2018, p.168-169).

Impende lembrar ainda que, nos “anos de chumbo”, diante dos quadros mais críticos, das injustiças mais atrozes, dos maiores atentados à dignidade da pessoa humana, a figura de Dom Aloísio se agigantou na trincheira da resistência. É igualmente forçoso mencionar que nunca lhe faltou a atitude da interlocução e do diálogo altivo, porém sereno, no sentido da superação da injustiça, do predomínio do bem sobre o mal, da promoção da paz, que é um direito supremo da humanidade, o qual só se alcança com a realização da Justiça. Enfim, foi cidadela forte na luta contra a ditadura sem perder, contudo, a mansidão e a misericórdia que se espera do líder religioso.

Três anos após a indicação para o Arcebispado de Fortaleza, Dom Aloísio foi criado Cardeal em 24 de abril de 1976, pelo Papa Paulo VI, recebendo a investidura um mês depois. A consagração do Arcebispo de Fortaleza foi saudada efusivamente pelo povo cearense, que lotou, uma

vez mais, o Aeroporto Pinto Martins; agora para recepcionar o novo Príncipe da Igreja. O cardinalato de Dom Lorscheider representou uma grande honra para o Brasil e o Ceará, assim como um reconhecimento aos seus méritos pessoais, homem de cultura invulgar, teólogo de renome e líder religioso incontestado, com grande prestígio junto à Cúria Romana, tanto que sua ascensão na hierarquia eclesiástica se deu mesmo não sendo Fortaleza sede cardinalícia e não tendo sequer sido concluída a construção de sua Catedral. Tudo isso, porém, não fez com que o Pastor perdesse sua humildade franciscana, permanecendo a viver de maneira simples e mantendo-se fiel à sua opção preferencial pelos pobres, que não quer dizer simplesmente aqueles mais necessitados, que vivem na miséria e na fome, mas todos os oprimidos, explorados e excluídos. O termo “pobre” aqui assume uma conotação político-social. Daí o documento da Conferência de Puebla, como bem lembra o Padre Beni dos Santos, enumerar um elenco dos pobres da Latina América, tais como: os indígenas, os afroamericanos, os camponeses sem terra, os operários, os desempregados e os subempregados, os marginalizados e aglomerados urbanos, jovens socialmente frustrados e desorientados, as crianças golpeadas pela pobreza, os menores abandonados, a mulher discriminada, os migrantes e as prostitutas. (2009, p.59).

Em 1978, Dom Aloísio tomou parte nos dois conclaves que elegeram os pontífices João Paulo I e João Paulo II. Apesar da voz corrente de que foi o único cardeal brasileiro a receber, até hoje, votos em eleição papal, sempre negou esse fato, considerando-o sem fundamento.

Voltando à sua característica de homem de diálogo, impõe-se registrar que Dom Aloísio no início do ano de 1980 foi ao encontro da classe empresarial cearense na sede da Federação das Indústrias, oportunidade em que ponderou aos empresários acerca da necessidade de obter-se a paz mediante a realização de um desenvolvimento integrado, com a criação de condições para todos participarem da sociedade, de modo a evitar a marginalização social, que é um dos problemas que mais preocupa a Igreja Católica. Alertou para a importância da participação dos empresários nessa empreitada, na medida em que eles possibilitassem a evolução de cada um de seus empregados, permitindo-lhes chegar ao máximo de suas capacidades, convocando-os a contribuir para a promoção da Justiça Social. Essa advertência do Arcebispo visava demonstrar que também na vida econômico-social a dignidade da pessoa humana deve ser honrada e

promovida, pois, na conformidade do Concílio Vaticano II, a atividade econômica há de ser exercida dentro dos limites da ordem moral, de tal modo que se cumpra o plano de Deus a respeito do homem, que é o autor, centro e fim de toda a vida social e econômica. (VIER, 2018, p.217 e 219).

A capacidade de interlocução de Dom Aloísio se irradia também para sensibilizar os nossos governantes. Segundo Francisco Lima, essa propensão ao diálogo se torna mais eloquente a partir do Governo de Tasso Jereissati, embora já fosse exercida nos governos anteriores, notadamente na gestão do Dr. Waldemar Alcântara, na qual era Secretário de Governo o Dr. Adelino Alcântara, que frequentemente servia de elo entre a Igreja e o Estado, obtendo bons resultados no que tange à problemática das favelas, conseguindo comover o Governo e a sociedade cearense para esta causa. Assinala ainda o pranteado jornalista, que Tasso, no início de seu primeiro mandato na Chefia do Executivo estadual, assimilava o discurso da Igreja quanto à necessidade de as elites se despojarem de privilégios para ceder vez à justiça social. E após receber a irmã Cleide Fontes em seu gabinete, o então Governador tomou algumas providências em consonância com a luta da religiosa em favor da resolução dos conflitos de terra no Ceará, dentre as quais, a de que “ninguém fosse despejado de terras, tanto na área rural, como na área urbana, sem que antes se fizessem gestões para aquisição da gleba”. (1995, p.108).

Aliás, era frequente os governadores, principalmente Tasso Jereissati e Ciro Gomes, recorrerem ao Cardeal nos momentos de crise, buscando seus conselhos e orientações na tomada de decisões importantes, o que é confessado por ambos os governantes. Tasso Jereissati afirma haver encontrado na orientação e nos conselhos de Dom Aloísio, o roteiro seguro para muitas das decisões que teve de tomar no exercício da função pública. (2005, p.57). Ciro Gomes, igualmente, assevera que o Cardeal, “teve grande e positiva influência junto aos que lideraram o processo de mudança da política e da administração pública do Estado do Ceará, desde os meados dos anos 80. Ele foi o conselheiro, o orientador, o porto seguro ao qual recorremos nos momentos de dificuldade, que não foram poucos”. (2005, p.58).

Em sessão do Congresso Nacional, no dia 13 de março de 2008, prestou-se homenagem póstuma ao Cardeal Lorscheider, ocasião em que o senador Tasso Jereissati, ao proferir seu discurso, mais uma vez salientou

que, em toda a sua vida pública, não conheceu “um homem maior do que D. Aloísio Lorscheider”, e acrescentou:

A sua importância na história do nosso Ceará ainda será reconhecida como o grande transformador da mentalidade social e política e da consciência cristã no Estado do Ceará. A sua presença marcou uma verdadeira mudança de trajetória na organização e na consciência dos direitos das comunidades mais pobres, mais marginalizadas em nosso Estado e em nossa região. (www.camara.gov/internet, acessado em 27- set-2018).

Nada obstante a boa e salutar interlocução de Dom Aloísio com os governantes e com os políticos das mais diversas agremiações partidárias, ele tinha a compreensão de que a Igreja não podia se comprometer com nenhum deles, pois teria que se manter livre e independente para defender a liberdade dos cidadãos e denunciar qualquer tipo de opressão. Do mesmo modo, reconhecia que o papel da Igreja é contribuir para a formação da consciência política e ajudar na percepção das suas reais exigências. Mas deixava claro que a construção de uma sociedade justa não é tarefa da religião, porém da política. No entanto, conclamava os cristãos leigos a colaborar neste esforço político, participando pessoalmente da vida pública em prol da realização do bem comum. Por outro lado, como verdadeiro profeta, não se negava a revelar os desmandos e os desvios de finalidade dos agentes públicos, os quais obstavam a realização da justiça que constitui a obrigação central da política. Dizia que o “Estado, que não se rege segundo a justiça, reduz-se a um grande bando de ladrões”. (*Apud* OLIVEIRA e SILVA, 2006, p.97). De igual forma, condenava o abuso do poder econômico no processo eleitoral, ao alertar que os gastos excessivos em uma campanha demonstravam que o candidato estava querendo tirar proveito no futuro, contrariando o autêntico interesse público.

Paralelamente, Dom Aloísio não descurou de sua ação como pastor. Visitou todas as paróquias do território arquidiocesano e assinou Cartas Pastorais densas em que eram traçados diagnósticos da situação e fixadas regras claras sobre animação da fé, catequese e liturgia. Dedicou atenção especial ao sacerdócio, aumentando sensivelmente o número de seminaristas e de ordenações. Acolheu os padres casados, consentindo que alguns deles ensinassem nos institutos de formação religiosa e chegando mesmo a participar de um encontro do Movimento dos Padres Casados, no que foi censurado pela Cúria Romana. (ROCHA, 2013, p.96).

O chapéu cardinalício em nada afetou sua humildade e suas convicções democráticas. Em seu diálogo com “O Grupo”, enfeitado no livro *Mantenham as lâmpadas acesas: revisitando o caminho, recriando a caminhada*, chega a ironizar:

Agora, esse negócio de ser cardeal! A única função que ele tem (se não tiver oitenta anos) é poder eleger o papa, só isso! O pessoal vem com aquelas histórias que tem que se enfeitar, não sei de quantas maneiras. Meu pensamento hoje é que a Santa Sé deveria se perguntar se não chegou a hora de abolir o colégio cardinalício, porque não tem mais sentido. Hoje temos os presidentes das Conferências Episcopais; esses seriam os homens indicados para a eleição do papa. (2008, p.30-31).

Em virtude da fragilidade de sua saúde, o Cardeal-Arcebispo solicitou em 1995 remoção para uma Diocese com menor carga de trabalho. O Papa João Paulo II atendeu-o e ele foi transferido de Fortaleza para a Arquidiocese de Aparecida, assumindo o novo ofício em 18 de agosto daquele ano. Ao ser indagado sobre as medidas que adotaria para conter a evasão de fiéis católicos rumo a outras igrejas, o novo Arcebispo retrucou dizendo que havia um engano nessa informação: quem saiu da Igreja Católica não foram os fiéis e, sim, os infiéis. A sábia resposta recebeu calorosos aplausos.

Em 2000, por haver ultrapassado a idade-limite de 75 anos, anunciou sua renúncia, que somente foi aceita em janeiro de 2004 e formalizada em 25 de março do mesmo ano, com a transferência do comando da Arquidiocese de Aparecida para o sucessor, Dom Raymundo Damasceno Assis. O Arcebispo emérito retornou para o Convento dos Franciscanos em Porto Alegre, ao convívio dos seus irmãos de hábito, fazendo ecoar, como bem lembram Elsie Studart Gurgel de Oliveira e Marcelo Gurgel Carlos da Silva, as palavras de seu conterrâneo e poeta Mário Quintana: “Mesmo que tenha sido demolida, a nossa casa continua sendo a casa da nossa infância”. (2006, p.124). Em 23 de dezembro de 2007, antevéspera do Natal, às 5h30min, o príncipe da Igreja encerrou sua trajetória terrena.

Homem do diálogo, Dom Aloísio indicava essa prática como método aplicável à abordagem de todos os problemas, mesmo os mais embaraçosos. Opção preferencial pelos pobres, ecumenismo, magistério eclesiástico, papel dos leigos, inserção dos padres casados e das mulheres vocacionadas na ação eclesial, homossexualismo no clero e nos seminários – sobre esses

e tantos outros temas emitiu opiniões sinceras e bastante pessoais, que em muitos casos divergiam da visão dominante na hierarquia católica.

Fiel a suas convicções e ao espírito de Medellín, Puebla e São Domingos, o Cardeal Lorscheider depositava grandes esperanças na restauração e ampliação do papel das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que considerava adequadas a diversas pastorais, que deveriam tê-las como modelo para revigorar, no seio do catolicismo, o ardor missionário e evangelizador, hoje amortecido.

Dom Aloísio foi um pastor que transfundiu para o rebanho o espírito missionário e evangelizador que o animava, teólogo competente que semeou a palavra da fé, da esperança e da caridade cristãs, a par da luta política e civil, na busca da concretização daquele princípio que é o maior valor constitucional brasileiro, a dignidade da pessoa humana.

Não poderia deixar de ressaltar a atitude varonil de Dom Lorscheider no episódio do sequestro de que foi vítima, quando cumpria a sua missão pastoral, visitando e consolando os encarcerados do Instituto Penal Paulo Sarasate. Pouco tempo depois do episódio, Dom Aloísio voltava ao local do verdadeiro martírio a que fora submetido para, no gesto mais cristão que poderia realizar, generosamente lavar os pés dos detentos, alguns dos quais envolvidos na agressão que sofrera. Conta-se que à época um deputado fez um comentário sobre a necessidade da pena de morte para os rebelados, ao que retrucou o Arcebispo: “O senhor deveria passar dez dias naquele presídio. Tenho certeza de que também iria lutar por sua liberdade”. (*Apud* OLIVEIRA e SILVA, 2006, p.94).

Com efeito, o sentimento de justiça que dominava a personalidade de Dom Aloísio, com a realização cotidiana das bem-aventuranças evangélicas, tinha transcendência na compreensão mais ampla do que é a justiça e do que são os direitos humanos. Em suas atitudes pôs em prática a lição do Salmista: “Felizes os que observam o Direito e praticam a Justiça em todo tempo”. (Salmo 106, 3) e a máxima de Santo Agostinho: “*Hoc jure quod juste et hoc juste quod bene*” (é de direito o que é justo, e é justo o que é bem), entendendo-se como “bene” a participação humana na bondade de Deus, consoante leciona Manfredo Thomaz Ramos (2015, p.254). Assim é que, firme, pela palavra e pela ação, tornou a opção preferencial pelos pobres um manifesto e um programa, sem descuidar da necessária ação política, em sentido largo, que deve ser imperativo imanente a tal opção. Nesse diapasão, não se intimidava em desfraldar as bandeiras da reforma

agrária, da melhor distribuição da renda, da assistência aos necessitados, da melhoria do desumano sistema prisional que, talvez, seja o indicador mais solene da injustiça brasileira e do quanto se tem de fazer para a consecução do respeito à dignidade da pessoa humana.

E para concluir, gostaria de lembrar uma passagem do livro “Confesso que vivi”, do poeta Pablo Neruda, na qual ele fala do pampa salitreiro, a região da grande mineração de cobre e salitre do Chile, onde viviam pessoas extremamente pobres, trabalhando naquelas minas em condições profundamente desumanas, a quem ele representava no Parlamento chileno. Nesse capítulo de suas memórias, o poeta registra que entre os tantos prêmios recebidos em razão de sua poesia, o maior deles foi um momento grave de sua vida, quando no fundo da mina de carvão de Lota, sob o sol a pino, da salitreira abrasada, do socavão a pique subiu um homem como se ascendesse do inferno, com a cara transformada pelo trabalho terrível, com os olhos avermelhados pelo pó e, estendendo-lhe a mão calejada, essa mão que leva o mapa do pampa em suas calosidades e em suas rugas, disse-lhe com os olhos brilhantes: “conhecia-te há muito tempo, irmão.” Esse é o laurel de minha poesia, o agulheiro no pampa terrível, de onde sai um trabalhador, a quem o vento e a noite e as estrelas do Chile têm dito muitas vezes: “não estás só, há um poeta que pensa em teu sofrimento”. (2005, p. 200-205).

Relembrei esse trecho das memórias de Neruda para adaptá-lo à situação de muitos de nossos irmãos cearenses que vivem a miséria da fome e do desabrigo, que estendiam as mãos a Dom Aloísio em busca de solidariedade, amor e misericórdia, que assim como os mineiros do pampa salitreiro chileno, ouviam o vento, a noite e as estrelas do céu do Ceará dizer-lhes: “não estás só, há um pastor que pensa em teu sofrimento”.

Referências Bibliográficas

- CRUZ, Manuel Edmilson da. “Dom Aloísio: o bom pastor, o apóstolo, o profeta, a testemunha fiel”. In: SARAIVA, Geovane. *A ternura de um pastor: Cardeal Lorscheider*. Fortaleza: Celigráfica, 2009, p.33.
- GOMES, Ciro. “Dom Aloísio e seus bons conselhos”. In: Silva, Marcelo Gurgel Carlos da. *Dom Aloísio Lorscheider – doutor **honoris causa** da UECE*. Fortaleza: EdUECE, 2005, p.58.

- JEREISSATI, Tasso. “Dom Lorscheider: amigo e conselheiro”. In: Silva, Marcelo Gurgel Carlos da. *Dom Aloísio Lorscheider – doutor **honoris causa** da UECE*. Fortaleza: EdUECE, 2005, p.57.
- _____, Discurso proferido em sessão do Congresso Nacional, no dia 13 de março de 2008. www.camara.gov.br/internet, acessado em 27- set-2018
- LIMA, Francisco. *Instantes proféticos – os caminhos de Dom Aloísio Lorscheider*. Fortaleza. 1995.
- LORSCHIEDER, Aloísio. “Alocução introdutória aos trabalhos da III Conferência geral do Episcopado Latino-Americano”. In: *Conclusões da Conferência de Puebla – evangelização no presente e no futuro da América Latina/Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM)*. 14ª edição, São Paulo. Paulinas, 2009, p.49-55.
- _____, *Mantendo as lâmpadas acesas – revisitando o caminho, recriando a caminhada*. Carlos Tursi e Geraldo Frencken (orgs). Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi*. Tradução de Olga Savary. 28ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- OLIVEIRA, Elsie Studart Gurgel de.; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. *Dom Aloísio Lorscheider*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.
- RAMOS, Francisco Manfredo Thomaz. *A ideia de estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho – um estudo do Epistolário comparado com o “De Civitate Dei*. 2ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.
- ROCHA, Fernando Luiz Ximenes. *Palavras e admirações*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- SANTOS, Beni dos. “Introdução a uma leitura do documento a partir da opção preferencial pelos pobres”. In: *Conclusões da Conferência de Puebla – evangelização no presente e no futuro da América Latina/Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM)*. 14ª edição, São Paulo. Paulinas, 2009, p.57-69.
- VIER, Frederico (Org). *Compêndio do Vaticano II – Constituições, Decretos, Declarações*. 31ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015, 3ª Reimpressão, 2018.